Sínodo da Amazônia (IV)

**NOVOS CAMINHOS DE CONVERSÃO PASTORAL**

**Uma Igreja em saída e com rosto amazônico**



Agenor Brighenti

O Capítulo II do Documento Final do Sínodo frisa que uma “conversão pastoral” é necessária para “uma Igreja em saída missionária” e “com rosto amazônico”. A missionariedade é da natureza da Igreja - “a Igreja existe para evangelizar” - (EN 14) e a uma evangelização inculturada corresponde a uma Igreja culturalmente nova, com rosto próprio.

*Sair ao encontro de diferentes em uma atitude de diálogo*

Na evangelização não há destinatários, mas interlocutores. O “outro” é um “deferente”, a ser acolhido e respeitado em sua autonomia. Na Amazônia, os “diferentes” são “povos indígenas, ribeirinhos, camponeses e afrodescendentes (quilombolas), as demais Igrejas cristãs e confissões religiosas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais populares, o Estado, enfim todas as pessoas de boa vontade que buscam a defesa da vida, a integridade da criação, a paz e o bem comum” (n. 23). A Amazônia é pluriétnica, pluricultural e plurirreligiosa. E como entre os “diferentes” há diferenças de Igrejas, de religiões e culturas, a evangelização implica um diálogo ecumênico, inter-religioso e intercultural (n. 23). O diálogo é o único meio evangélico para “propor” e não “impor” a Boa Nova do Reino de Deus. E para acolher o outro, no respeito à sua diferença, só uma Igreja samaritana, misericordiosa, solidária será capaz de escutar e aprender com os diferentes (n. 22).

Na Amazônia, diferentes são as Igrejas. Reconhece o Documento Final, citando o Papa Francisco, que “as relações entre católicos e pentecostais, carismáticos e evangélicos não são fáceis”, sobretudo diante de propostas religiosas “emocionalistas e tranquilizadoras”. A adesão de católicos a estas comunidades, para além das tensões geradas, entretanto, “pode ser ocasião para uma auto-reflexão e renovação pastoral”. Jamais renunciar o diálogo ecumênico. O proselitismo não é cristão e nem método de evangelização. Gestos concretos, que penetrem os espíritos e sacudam as consciências, podem levar as partes a uma conversão interior e a abrir reais caminhos de comunhão (n. 24).

Na Amazônia, diferentes são também as religiões, como as religiões indígenas e os cultos afrodescendentes. Diz o Documento Final que “essas tradições merecem ser conhecidas, compreendidas em suas próprias expressões e em sua relação com a floresta e a mãe terra”. Com seus adeptos, cabe aos cristãos, fundados em sua fé e na Palavra de Deus, colocarem-se em atitude de diálogo, “partilhando suas vidas, suas preocupações, suas lutas, suas experiências de Deus, para aprofundar mutuamente sua fé e atuar juntos em defesa da casa comum”. O diálogo sincero e respeitoso é a ponte para a construção do Reino de Deus, que tem no "bem viver" dos povos indígenas um horizonte convergente (n. 25).

*Uma Igreja com rosto amazônico*

Uma Igreja que acolhe e respeita as diferenças étnicas, culturais e religiosas e que, além disso, se encarna em diferentes povos, implica uma Igreja com diversidade de rostos. Daí a necessidade e a legitimidade de uma Igreja com rosto amazônico, o rosto de seus povos, em especial uma Igreja com rosto indígena, ribeirinho e afrodescendente. Em relação aos indígenas, é preciso acolher “suas culturas, identidades e historias”, para que haja uma “Igreja indígena, com os seus próprios presbíteros e ministros”, com “a criação e consolidação de organizações pastorais indígenas diocesanas” (n. 28).

Além de indígena, a Igreja na Amazônia tem também um rosto migrante. Muitas comunidades eclesiais, especialmente nas periferias das cidades, “têm recebido os migrantes com grande generosidade”, oriundos do “deslocamento forçado de famílias indígenas, camponesas, afrodescendentes e ribeirinhas, expulsas de seus territórios, por pressão ou asfixia por falta de oportunidades”. Diante disso, faz-se necessário criar equipes missionárias para acompanhá-los, coordenando com as paróquias e outras instituições eclesiais e extra-eclesiais as condições de acolhida, oferecendo liturgias inculturadas e nas línguas dos migrantes”, assim como “promovendo espaços de intercâmbio cultural, favorecendo a integração na comunidade e na cidade” (n. 29).

Um rosto de destaque da Igreja na Amazônia é o rosto de jovens “indígenas, afrodescendentes, ribeirinhos, extrativistas, migrantes, refugiados, entre outros. Jovens moradores de áreas rurais e urbanas, que diariamente sonham e buscam melhores condições de vida, com o profundo desejo de ter uma vida plena”. São “jovens estudantes, trabalhadores e com forte presença e participação em diversos espaços sociais e eclesiais”. Frisa o Documento que “eles têm os mesmos sonhos e desejos de outros jovens deste mundo: serem considerados, respeitados, terem oportunidades para estudar, trabalhar, um futuro de esperança” (n. 30). Através de uma renovada e audaciosa pastoral juvenil, a Igreja na Amazônia precisa ser para os jovens, espaço de discernimento e acompanhamento vocacional, de valorização da cultura e da identidade locais, de promoção dos direitos dos jovens e de fortalecimento de espaços criativos, inovadores e diferenciados de evangelização (n. 32).

*As comunidades eclesiais de base como rosto da Igreja na Amazônia*

Até pela falta da Eucaristia e de presbíteros, normalmente, a Igreja na Amazônia vive e celebra sua fé em comunidades eclesiais, animadas e coordenadas por leigos, em especial por mulheres. Reconhece o Documento Final do Sínodo que “as comunidades eclesiais de base foram e são um dom de Deus às Igrejas locais da Amazônia. Passado tanto tempo, a grande maioria permanece perseverante e é o fundamento pastoral de muitas paróquias”. Elas precisam “estar presente nos espaços de participação nas políticas públicas, onde se articulam ações para revitalizar a cultura, a convivência, o lazer e a festa” (n. 36). Além de se fazerem presentes no interior da região amazônica, elas estão vivas também nas periferias das cidades. No seio destas, merecem especial atenção os indígenas, pois, “estilos de vida, formas de convivência, linguagens e valores moldados pelas metrópoles estão sendo transmitidos e cada vez mais implantados, tanto nas comunidades indígenas, quanto no resto do mundo rural” (34).

Neste particular, é importante a criação de “equipes missionárias itinerantes”, para irem “tecendo e construindo comunidades ao longo do caminho” e ajudando “a fortalecer a sinodalidade eclesial. Estas equipes poderiam reunir vários carismas, instituições e congregações, leigos, religiosos e religiosas, sacerdotes”, constituindo uma “rede itinerante que reúna os diversos esforços das equipes que acompanham e dinamizam a vida e a fé das comunidades da Amazônia” (n. 39). E para passar de uma “pastoral de visita” a uma “pastoral de presença permanente”, “as congregações e/ou províncias de religiosos e religiosas do mundo inteiro, que ainda não estão envolvidos em missões, são convidadas a estabelecer pelo menos uma frente missionária em qualquer dos países amazônicos” (n. 40).